

**CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM
15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

Aos 30 dias do mês de julho de 2014, às 08:30 horas na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência Social do Município de Betim ó IPREMB, situada a Avenida Amazonas, nº 1354, Bairro Brasileira - Betim reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência ó CMP dentre os quais: 1) José Augusto Ferreira Dornas Martins ó Presidente do CMP representante do Poder Executivo; 2) Leonardo Augusto Lara Menezes ó titular representante do Poder Executivo; 3) Marcelo Jorge da Mata ó titular representante do Poder Executivo; 4) Luiz Fernando de Souza Oliveira ó titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação; 5) Rosemary Galvão da Silva Paula ó titular representante do Poder Legislativo e 6) Getúlio Gonçalves Borges ó suplente representante dos aposentados e pensionistas. Pelo IPREMB os servidores Evandro Manoel Firmino da Fonseca ó Diretor Executivo, Camila Francisca Nolasco ó Chefe de Divisão de Contabilidade, Nelson Diniz da Silva ó Presidente do Comitê de Investimentos e Darlene Rocha Nunes Rodrigues ó Assessora e secretária para o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Balancete; 2) Carteira de Investimentos e 3) Proposta orçamentária 2015. O Presidente do CMP José Augusto inicia perguntando se há algum outro item a ser discutido. O Conselheiro Luiz Fernando pede que seja acrescentado à pauta os itens 1. Cesta-servidor e 2. Censo Previdenciário. Quanto à cesta servidor a Assessora Darlene esclarece que será encaminhado um ofício à JEOF contendo a ata da reunião anterior. Está pendente a aprovação e assinatura dos conselheiros. O Presidente do CMP José Augusto lembra que o CMP não tem poder para deliberar sobre o assunto. O Diretor Executivo Evandro informa que também houve corte dos cartões cesta servidor de estagiários e cargos em comissão. Quanto ao Censo o Diretor Executivo Evandro esclarece que o Banco do Brasil ó BB provavelmente oferecerá como ferramenta comercial o Censo previdenciário. Este produto está em fase piloto e já foi desenvolvido na prefeitura de Natal-RN, mas não há previsão de quando será lançado no mercado. Lembra que por sugestão do Conselho consultou o IPEAD, instituição ligado à UFMG e verificou-se que o mesmo não tem know-how para desenvolver o Censo. Fala que pretende executar o serviço através do Núcleo Atuarial, instituição ligada à URFJ, que já realizou o censo na Prefeitura de Contagem ó MG, porém estuda-se também a possibilidade de realizar o Censo com corpo próprio, como aconteceu na cidade de Congonhas-MG. Para tal é imprescindível o envolvimento da Prefeitura Municipal de Betim ó PMB e suas Secretarias, a fim de atender as 150 (cento e cinquenta) frentes de trabalho. O Presidente do CMP José Augusto acredita que o CMP deve conversar com o BB antes de definir a empresa contratada. O Diretor Executivo Evandro sugere convidar também o Núcleo Atuarial. Será encaminhada por e-mail aos conselheiros a proposta do Núcleo Atuarial. O Diretor Executivo acrescenta que a mídia do Censo será feita através da assessoria de comunicação do IPREMB e conta com a parceria dos Sindicatos e conselheiros para a divulgação. O Conselheiro Leonardo pergunta qual o prazo de execução apresentado pelo Núcleo Atuarial e sugere definir, após conversa com o Núcleo Atuarial e BB, a real possibilidade de realizar em corpo próprio. O Presidente José Augusto fala da dificuldade em compilar os dados levantados, caso haja escolha de se fazer o censo em corpo próprio. Fala também que esta opção pode gerar questionamentos caso os resultados do cálculo atuarial indiquem um aumento da alíquota bem acima do percentual atual. Acredita que instituições renomadas dão mais segurança. O Diretor Executivo Evandro esclarece que o prazo estipulado para execução do Censo é de seis meses. Fala ainda que há possibilidade de pesquisar outras instituições que abordem o

Censo. A conselheira Rosemary sugere a Fundação João Pinheiro. O conselheiro Luiz Fernando concorda em contratar uma empresa para fazer o censo e o Instituto, juntamente com a Prefeitura e sindicatos ficariam a cargo da divulgação e mobilização. Passa-se ao próximo ponto de pauta: peça orçamentária. O Diretor Executivo Evandro cita a Lei nº 5110 de 2011 que estabelece em 1% (um por cento) a taxa de administração e cria o fundo de construção da sede do IPREMB e cita a Lei nº 5353 de 2012 que altera o valor da taxa de 1% (um por cento) para 0,5% (meio por cento) equivalente ao valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social no exercício financeiro anterior. Relata que atualmente há no fundo um valor estimado em dez milhões de reais e que até o final de 2014 deve se somar mais três milhões. Sugere que seja encaminhada a PMB uma solicitação para alterar novamente a lei cessando a taxa da construção da sede e mantendo o percentual da taxa de administração. O Presidente do CMP concorda com o corte tendo em vista que não há previsão de gastos acima do valor em caixa. Os demais conselheiros também concordam com o corte. Quanto à peça orçamentária o Presidente do Comitê de Investimentos Nelson esclarece que o orçamento é unificado. Encaminha-se para a PMB a previsão de receitas e despesas para o próximo exercício. Para este ano a receita fechou em duzentos e cinquenta milhões. O Diretor Executivo Evandro informa que neste valor está contabilizado o aumento da alíquota patronal que passa a ser de 15,28% (quinze vírgula vinte e oito por cento) a partir de 1º de novembro de 2014, podendo no prazo de um ano sofrer novo aumento. O conselheiro Marcelo pergunta sobre os valores de compensação previdenciária. O Diretor Executivo Evandro esclarece que os valores são depositados mensalmente e que os mesmos são destinados exclusivamente para pagamentos de aposentadorias e pensões. Para 2015 estima-se um valor de receita em torno de 277 (duzentos e setenta e sete) milhões de reais. Este valor será dividido para pagamento de despesas, em torno de 100 (cem) milhões de reais e os 177 (cento e setenta e sete) milhões de reais restantes serão aplicados em investimento. O Presidente do CMP e o conselheiro Luiz Fernando questionam o valor destinado aos materiais permanentes que consideram alto, tendo em vista que no exercício de 2013 foram adquiridos materiais para mobiliar os setores do Instituto, não vendo necessidade na aquisição de novos. Sugerem que o valor seja reduzido à metade. O Presidente do Comitê de Investimentos Nelson, esclarece que para o cálculo do valor foi considerada a construção da sede e sugere que para a próxima reunião o CMP apresente sua proposta para as despesas. O Diretor Executivo Evandro fala sobre a importância de o Instituto ter sede própria. O conselheiro Marcelo concorda que o IPREMB tenha uma estrutura e que o momento para a construção da mesma é agora, tendo em vista o fundo de construção, ou seja, dinheiro em caixa. O conselheiro Luiz Fernando sugere que neste primeiro momento o CMP foque no Censo Previdenciário e no segundo momento foque na construção da sede para que a mesma aconteça até o final de 2016. O conselheiro Leonardo propõe que as ações caminhem juntas. O Presidente José Augusto encerra o assunto da peça orçamentária sugerindo as alterações dos valores de materiais permanentes. O Presidente do Comitê de Investimentos Nelson fala que as alterações serão apresentadas na próxima reunião. Passa-se ao próximo item de pauta: carteira de investimentos. O Presidente do Comitê de Investimentos Nelson apresenta a carteira do mês de maio. Foram feitos novos investimentos que possibilitaram um bom rendimento, além da taxa SELIC que encontra-se estabilizada. Porém não há boas expectativas devido ao cenário político, o PIB em baixa e a interferência da economia chinesa e norte americana no país. O Diretor Executivo Evandro informa que apesar deste cenário em seis meses atingimos (80%) oitenta por cento da meta, IPCA+6%. Item de pauta: Balancete. A Chefe de

Divisão de Contabilidade Camila apresenta o balancete referente ao mês de maio. Comenta que há atrasos no repasse da patronal, referentes aos meses de maio e junho e acredita que poderá ocorrer até outubro, mês de renovação do CRP. Acrescenta que o valor mensal do repasse gira em torno de quatro milhões de reais. O Diretor Executivo Evandro fala que em conversa com o Auditor Davison a PMB irá arrecadar vinte milhões de reais em alienações e pretende que parte deste dinheiro seja utilizado para a quitação do repasse. O conselheiro Luiz Fernando lembra que o CMP não aprova novos parcelamentos. O conselheiro Marcelo pede informações sobre a transferência do auxílio doença para o Instituto. O Diretor Executivo Evandro esclarece que foi realizado um estudo considerando a possibilidade de transferência do benefício, porém o mesmo geraria aumento significativo no valor da alíquota. Sendo assim a PMB optou por manter o benefício na Administração. Tendo discutido a pauta da reunião, o Presidente do CMP José Augusto pergunta se há considerações a serem feitas em relação à ata da reunião do dia 25 de junho de 2014, que havia sido encaminhada por e-mail aos conselheiros e a mesma é aprovada. Fica agendada próxima reunião ordinária para o dia 25 de agosto de 2014 às 15:00 no IPREMB. Nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Representantes do Conselho Municipal

José Augusto Ferreira Dornas Martins ó Presidente do CMP representante do Poder Executivo

Leonardo Augusto Lara Menezes ó titular representante do Poder Executivo

Marcelo Jorge da Mata ó titular representante do Poder Executivo

Getúlio Gonçalves Borges ó suplente representante dos aposentados e pensionistas

Luiz Fernando de Souza Oliveira ó titular representante dos servidores ativos da Educação

Rosemary Galvão da Silva Paula ó titular representante do Poder Legislativo

Representantes do IPREMB

Evandro Manoel Firmino da Fonseca ó Diretor Executivo

Camila Francisca Nolasco ó Chefe de Divisão de Contabilidade

Nelson Diniz da Silva ó Presidente do Comitê de Investimentos

Darlene Rocha Nunes Rodrigues ó Assessora e secretária para o Ato.

(PUBLICADA NO ÓRGÃO OFICIAL Nº 996, DE 11/09/2014)